

ARQUEOLOGIA DOS LUGARES: TOPONÍMIA E TOPOLOGIA**ARCHAEOLOGY OF PLACES: TOPONYMY AND TOPOLOGY****DOI 10.70860/ufnt.entreletras.e18203****Jahan Natanael Domingos Lopes¹**

Resumo: Através da arqueologia geográfica, pelo pensamento foucaultiano, entramam-se os nomes dos lugares. Lança-se, pois, na transdisciplinaridade entre a geografia e a onomástica. Disso, em circularidade, perspectivam-se a toponímia pelos enunciados e a topologia pelos discursos. Da toponímia à topologia, visa-se ao processo de nomeação pelo quadrilátero: proposição, articulação, designação e derivação. Ao revés, da topologia à toponímia, salienta-se a estruturação das camadas epistêmicas pelos contextos histórico-geográficos. Dinamizam-se, assim, as toponímias na escala espacial como marcas (em sincronias) e na escala temporal como fósseis (em diacronias). Intenta-se, por fim, conceber uma geografia da linguagem.

Palavras-chave: Pensamento geográfico; Historiografia; Onomástica; Lugar.

Abstract: Through geographical archaeology, through Foucaultian thought, the names of places are entered. He launches, therefore, into the transdisciplinarity between geography and onomastics. From this, in circularity, toponymy is seen by statements and topology by discourses. From toponymy to topology, the process of naming by the quadrilateral is targeted: proposition, articulation, designation and derivation. On the contrary, from topology to toponymy, the structuring of the epistemic layers by historical-geographical contexts is highlighted. Thus, toponymies are dynamized on the spatial scale as marks (in synchrony) and on the temporal scale as fossils (in diachronies). Finally, it is intended to conceive a geography of language.

Keywords: Geographical thinking; Historiography; Onomastics; Place.

Introdução

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (Foucault, 2022, p. 66)

O conhecimento geográfico permite as leituras do espaço e do lugar que, todavia, não se fazem sem abordagens filosóficas, estando rentes ao processo de orientar tanto a percepção quanto a compreensão deles. Aqui, para perspectivarem-se os conceitos de *espaço* e de *lugar*, relaciona-se à visão de M. Foucault (2022, p. 206): “A arqueologia fala – bem mais à vontade

¹ Graduando na licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: jahan_natanael@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0410-5219>.

do que a história das ideias – de cortes, falhas, aberturas, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições súbitas.” Nesse sentido, o prumo arqueológico é a base a ser perscrutada à fundamentação de uma possível concepção geográfica. Perpassa-se, por conseguinte, à seguinte busca: “Uma abordagem que aponta para uma arqueologia do saber geográfico.” (Moraes, 2017, p. 131). Por essas veredas, entramar-se-ão os conceitos arqueológicos na linguagem geográfica, elucidando as feições da arqueologia geográfica entre os discursos pelos espaços e os enunciados pelos lugares.

Em vias, ainda, de perquirição do aporte teórico, tem-se, através da arqueologia, um caminho às descontinuidades espaciais e temporais. Alicerça-se, para tanto, na propulsão definida: “A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes.” (Foucault, 2022, p. 195). Disso, tanto o espaço quanto o tempo são seccionados em camadas de diferenças: configurando as diferenças no espaço-tempo. Tão logo, percebe-se: “a descontinuidade espaço-temporal redefinindo o conceito de lugar.” (Massara, 2005, p. 36). Precisamente, os lugares são efetivos no processo de escavação, alojados em conjunto, constituindo as camadas que se demarcam como objetos (os lugares) a serem prospectados pelo trabalho arqueológico do saber geográfico.

Há, neste ínterim, uma relação proeminente a ser indagada entre o discurso e o enunciado permitindo, entre eles, um paralelo entre o espaço e o lugar. Diz-se isso ao reforço epigráfico: “O discurso [...] É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.” (Foucault, 2022, p. 66). Isso posto, correlacionam-se as camadas por espaços discursivos relacionais às tramas de lugares enunciados. Elenca-se, assim, que: “o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2022, p. 131). O paralelismo aparece, então, de modo vívido: os espaços abrem-se por sua função discursiva e os lugares fecham-se por sua função enunciativa. Evidencia-se, portanto, a correspondência da formação discursiva (espaços) e da formação enunciativa (lugares), na dinâmica historiográfica, com a linguagem geográfica.

Conforme essa ligação, salutar à arqueologia geográfica, o conceito de lugar – foco do estudo – deve ser precisado. Com isso, há uma diversa gama de possibilidades a serem esquadrihadas, desde uma posição mais rente à imaterialidade: “o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”² (Buttimer, 1985, p. 228);

² Tradução livre de: “*el lugar es la suma de las dimensiones simbólica, emocional, cultural, política y biológica.*”

ou mais rente à materialidade: “O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam” (Santos, 1988, p. 18). Ambas as definições são genuínas por conseguirem aportar facetas plausíveis de orientação para o pensamento acerca do conceito de lugar. Entramam-se os lugares abertos pelo espaço, afinal: “O espaço circunda e congrega os tempos da história e da *performance*, sulcando a mesma terra pisada pelos antepassados, inscrevendo a oralitura da memória.” (Martins, 1997, p. 166, destaque da autora). Além disso, cabe aqui aprofundar-se em uma visão geográfica da diferença, em prol de cercear o lugar através da linguagem: o lugar é um enunciado do espaço em discurso.

Ademais, vincula-se a linguagem (*logos*) do espaço com o seu entrelaçamento de lugares (*topos*), em um movimento topológico. Toma-se, tão logo, a noção de que: “‘Não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade.” (Foucault, 2022, p. 150). Os lugares (pelos nomes), neste incursão, são internalidades enquanto os espaços (pelos discursos) são externalidades. Nesse cabedal, infere-se, alçando à etimologia, a seguinte definição: “*τόπος* é o espaço que um corpo ocupa imediatamente. [...] O espaço ocupado por um corpo, *τόπος*, é o seu lugar.”³ (Heidegger, 2009, p. 50). Nisso, ao passo de conceituação, aliam-se duas orientações: a topologia (enquanto discurso do lugar) e a toponímia (enquanto enunciado do lugar). Como exemplo, situa-se:

Na cartografia da simbologia ritual dos Congados, as portas, porteiras e encruzilhadas representam *espaços* inseminados de significância, plethora de possibilidades de restituição e reversibilidade. Pontos nodais, nesses *lugares* manifestam-se as forças que têm poder de barrar ou viabilizar o desenvolvimento do sujeito. (Martins, 1997, p. 155-156, destaques nossos).

Ancora-se, em vista da arqueologia geográfica, a relação do *tópos* entre a *logia* (topologia) e a *nímia* (toponímia). A conformidade entre topo+logia ajusta-se neste sentido: “A articulação do *logos* traz à fala a estruturação dos entes, e esse seu trazer à fala, para o pensamento grego, não é outra coisa que a presença do próprio ente, sua *aletheia*.” (Gadamer, 2015, p. 589). Propõe-se, nesse intuito, assentar o discurso como investida às camadas do espaço topológico e o enunciado como investida aos lugares toponímicos. Disso, perpetrando a nomeação, instaura-se que a toponímia define-se como: “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não,

³ Tradução livre de: “*τόπος* est l'espace qu'un corps occupe immédiatement. [...] L'espace occupé par un corps, *τόπος*, est son lieu.”

exclusivamente.” (Dick, 1990, p. 35-36). Destarte, acolhe-se a topologia aos espaços dos lugares e a toponímia aos lugares do espaço: em uma trama entre a onomástica e a geografia pela filosofia arqueológica.

A base dos conceitos de referência – topologia-espaço e toponímia-lugar –, porquanto, apoia-se em uma abordagem a partir da transdisciplinaridade para uma geografia da linguagem. Contempla-se, pois, a seguinte colocação: “O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado.” (Foucault, 2022, p. 110-111). O lugar está imerso em um discurso e, inclusive, seu nome abre-se como enunciado efetivo desse discurso. Por isso, firma-se: “O enunciado [...] se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual.” (Foucault, 2022, p. 120). Assim sendo, as distintas camadas, engendradas como discursos, estratificam-se na interpenetração das diferentes redes de nomes, enquanto lugares espacializados. Nesse sentido, tanto as diacronias, quanto as sincronias das camadas são constituídas, em internalidade, por lugares entramados pelos nomes.

Compenetram-se essas relações, em reiteração, para traçar uma geografia da linguagem, mediante a configuração das *epistemes* espaço-temporais integradas pelas redes de nomes. Visa-se, dessa maneira, rumo a uma: “Linguagem direta, transparente, que ‘fala’ sem dificuldade à imaginação, bem melhor, sem dúvida, que o discurso ‘objetivo’ do erudito, porque ela transcreve fielmente o ‘texto’ traçado no solo.” (Dardel, 2011, p. 3). Dessarte, na diferenciação entre a intersubjetividade das palavras e a interobjetividade das coisas, acomete-se a relação ímpar pelos lugares nomeados. Embasado nas relações sociais, faz-se a conexão entre a imaterialidade e a materialidade dos lugares. Com isso, encontra-se o pensamento geográfico na historicidade das toponímias:

Em outras palavras, a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; [...] o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas. (Foucault, 2022, p. 201).

Focaliza-se, desse modo, em uma concepção desveladora da conexão linguística entre o espaço e o lugar, pela condição do contexto geográfico exercido por discursos praticados por enunciados. Em vista de adensar a discussão, dever-se-á adentrar, com maior assertividade, na visão de M. Foucault (2022; 2016; 2014), aportando-se na metodologia arqueológica

configurada na obra *Arqueologia do saber*, em duas seções a serem discutidas neste trabalho: a historicidade das toponímias (aportando-se na obra *As palavras e as coisas*) e o discurso das toponímias (conforme a obra *A ordem do discurso*). Em percurso metodológico, estima-se, na primeira seção, estabelecer a formação e, na segunda, a estruturação dos nomes dos lugares. Ademais, embora essa tessitura seja deveras abstrata, intenciona-se possibilitar as compreensões, no espaço-tempo, da nomeação e da historicidade dos lugares.

Há mais. Por esse empenho, aponta-se um exemplo de problema existente na onomástica a ser solucionado com a arqueologia geográfica, a saber: “à dificuldade de a Toponímia relacionar, sincronicamente e distanciada no tempo, os cultos ou lugares sagrados comuns a toda população, como uma característica geral do país.” (Dick, 1998, p. 112). Os nomes dos lugares, em suas etimologias, frequentemente se desconectam dos discursos historicamente concebidos sincro-diacronicamente quando se relacionam às múltiplas escalas de um lugar: visionando ao lugar sem dimensionar o espaço. Com esse liame, exemplifica-se como em um lugar sagrado perde-se seu sentido em uma pequena escala: “O que fica para o pesquisador é a relativização do termo ‘sagrado’, restrito aos núcleos ou locais do culto.” (Dick, 1998, p. 112). Isto é, busca-se espreitar a relação entre espaço e lugar, ou ainda, entre discurso e enunciado, mas também, entre a intersubjetividade das palavras e a interobjetividade das coisas.

Os espaços (discursos) e os lugares (enunciados) acometem-se em uma relação arqueológica convertendo-se em conceitos de compreensão da linguagem no espaço-tempo. Há, ao prosseguimento deste trabalho, duas tarefas a serem percorridas: a primeira, conceber a formação das toponímias imersas nos discursos topológicos e a segunda, assentar a estruturação topológica nas enunciações toponímicas. Assim, circulam-se a história dos lugares pelos discursos e a história dos discursos pelos lugares. De outro modo, da toponímia à topologia e da topologia à toponímia. A interação geográfica, porquanto, está na *espacialização* da linguagem a partir do pensamento e na *lugarização* da linguagem a partir dos nomes, ambas entramadas em descontinuidades histórico-geográficas.

1 O processo de nomeação

O tempo da ciência não perde, pelos aperfeiçoamentos da cronometria moderna, seu caráter de fluxo contínuo ao longo de posições descontínuas. [...] A sucessão do tempo apenas reproduz a sucessão das coisas com as quais lidamos. O homem vê o

*tempo através do que faz e do que lhe acontece. Essa interpretação esconde dele a origem e o significado do tempo.*⁴ (Dardel, 1946, p. 54-55)

A discussão da historicidade dos lugares é, transpassando a linguagem, uma posição perante o processo de nomeação. A sabedoria nos nomes dos lugares projeta-se como conhecimento ao mundo geográfico (natural e humano), nesse sentido: “geólogos e geógrafos [...] foram levados a reabilitar o nome e a coisa. Devido a uma análise mais atenta das diferenças de solo, relevo e clima, conseguiram compreender a profunda razão de ser dessas designações populares.” (La Blache, 2012, p. 231). Com isso, a concepção arqueológica dos lugares estreita a diferença entre a toponímia (os nomes) e a topologia (os discursos). Inclusive, tal diferença proclama a unicidade comum entre a palavra e a coisa, isso: “em direção ao ato soberano de nomeação, é ir, através da linguagem, até o lugar onde as coisas e as palavras se ligam em sua essência comum, e que permite dar-lhes um nome.” (Foucault, 2016, p. 166). O sentido da linguagem orienta-se dos discursos aos nomes e, esses, às palavras coligadas às coisas. Nesse perpassar, tanto o espaço quanto o tempo são horizontes de escavação a ser vinculados à escalaridade da arqueologia geográfica.

A relação entre o saber geográfico do lugar e a historiografia de nomeação do lugar é uma proeza própria da ciência geográfica unida à ciência onomástica. Tornar um lugar um conceito é, necessariamente, constituir um vínculo de experiência entre a materialidade das coisas com a imaterialidade das palavras. Nesse passo, confere-se o atento: “Precisamos, antes, reconhecer que toda compreensão está intimamente entretecida por conceitos e refutar qualquer teoria que se negue a aceitar a unidade interna de palavra e coisa.” (Gadamer, 2015, p. 522). A palavra e a coisa não são uma unidade plena, ao contrário, labuta-se uma empreitada de dissociação, haja vista que: “Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às ‘coisas’” (Foucault, 2022, p. 58). As representações, enquanto palavras, diferenciam-se das coisas à medida que perdem a reflexão acerca de sua nomeação; logo, desvelar a historicidade dos lugares é, a princípio, encontrar-se com as coisas, em todos os horizontes (espaciais e temporais) de sua estratificação, orientadoras de sua nomeação.

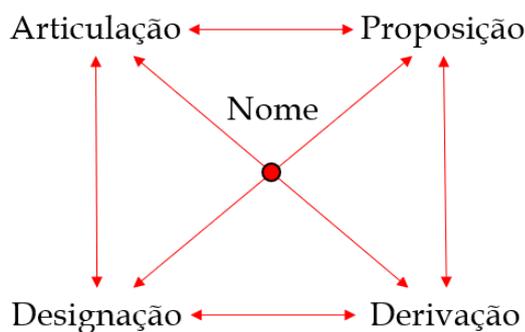
Exara-se a interconexão entre a geografia e a linguagem por intermédio da espacialidade temporal e da temporalidade espacial. Versa-se, também, em não confundir os princípios

⁴ Tradução livre de: “*Le temps de la science ne perd pas, à travers les perfectionnements de la chronométrie moderne, son caractère d'écoulement continu le long de position descontinue. [...] La succession du temps ne fait que reproduire la succession des choses dont on s'occupe. L'homme voit le temps à travers ce qu'il fait et ce qui lui arrive. Cette interprétation lui cache l'origine et le sens du temps.*”

promotores dos nomes: “Não é cultura como não é religião o que somente é aquisição ou acumulação.” (Freyre, 1941, p. 64). Desse modo, as coisas a serem aproximadas das palavras devem ser originárias, ou seja, o fruto de espoliação nunca será uma identidade legítima e, inclusive, afirma-se a possibilidade de topônimos desaculturados. Em vias de base, define-se que: “A linguagem é análise do pensamento: não simples repartição, mas instauração profunda da ordem no espaço.” (Foucault, 2016, p. 114). A relação entre o pensamento e a disposição das coisas caminha-se do discurso à espacialidade, como dispositivo político. A ordenação das coisas e a ordenação das palavras entrecruzam-se na geograficidade dos discursos: político, econômico, cultural e espacial.

Com a perspectiva da temporalidade, marca-se a relação de diferentes contextos modificadores dos nomes e/ou de seus sentidos. A fluidez dos discursos discorre no pensamento comum influenciada pela trama da *episteme* de cada momento (unidade do tempo geográfico) e de cada meio (unidade do espaço geográfico) do mundo geográfico (Lopes, 2023). Dessarte, no interregno do espaço-tempo, confirma-se: “O fenômeno motivador dos topônimos, portanto, pode configurar perspectivas sincrônicas e diacrônicas.” (Figueiredo, 2019, p. 150). As camadas (epistêmicas) diferem-se vertical e horizontalmente, no tempo e no espaço, marcando novas relações entre as palavras inseridas nos discursos. Nesse processo, a Terra nomeada é transfigurada em um Mundo discursado. Os nomes dos lugares – abertos em locais, regiões e territórios – são o principal divisor geográfico da historicidade humana pela desnaturalização da espacialização das coisas mediante as palavras.

Figura 1. Quadrilátero foucaultiano da linguagem



Fonte: produção nossa

De certo, a arqueologia geográfica, atravessada pela linguagem, requer uma perscrutação densa do processo de nomeação. Contempla-se caminhar à guisa de

aprofundamento: “Em torno desse privilégio clássico do nome, os segmentos teóricos (proposição, articulação, designação e derivação) definem a moldura do que foi então a experiência da linguagem.” (Foucault, 2016, p. 168). Essas quatro formulações enredam a configuração de historicidade da nomeação dos lugares, ou melhor, juntas são os mecanismos da topologia à espacialidade como dispositivo de toponímias. Isso pensando que: “As quatro teorias – da proposição, da articulação, da designação e da derivação – formam como que os segmentos de um quadrilátero.” (Foucault, 2016, p. 163). Tal estruturação está delineada em uma imbricação esquematizada na Figura 1, marcando-se as interconexões simultâneas do processo de nomeação.

Nesse sentido, abrem-se os quatro constructos teóricos, fundamentadores da trama de palavras, que nomeiam, pelas coisas, os lugares. Nas teias contextuais – dos espaços aos lugares –, a analítica geral deve contemplar que: “A Análise do Discurso, de um modo geral, leva em conta a relação da linguagem com as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto de comunicação e o contexto histórico-social.” (Faggion; Misturini; Pizzol, 2013, p. 15). Nessa acepção, cada lugar deve ser discutido a partir dos enunciados, movendo-se à ligação entre a palavra e a coisa, para conceber os nomes e relacioná-los com os discursos. Afere-se, portanto, que: “A rede constituída pelos quatro segmentos teóricos não define a arquitetura lógica de todos os conceitos utilizados pelos gramáticos; ela delinea o espaço regular de sua formação.” (Foucault, 2022, p. 73). A comunicação social tessiturada no espaço topológico é efetivada nas formas ditas sobre os lugares toponímicos. Disso, a trama topológica dá-se pela historicidade social, firmada na prática de nomear e de renomear.

Explicitar-se devem, em busca de melhor compreender a formação onomástica, as quatro teorias em suas linhas gerais:

1) A *proposição*, em ação de propor, envolve as relações entre as palavras e as frases para o sentido construído. Desse modo, a teoria do verbo está no coração que fundamenta o proposto, isto é, a junção dos elementos – desde pequenos conjuntos de palavras até a totalidade da literatura –, com o verbo como elemento-chave, configurando-se o propósito. Em profundidade, define-se: “É a proposição, com efeito, que destaca o signo sonoro de seus valores imediatos de expressão e o instaura soberanamente na sua possibilidade linguística.” (Foucault, 2016, p. 129). Ademais, a proposição evoca a conjunção, envolvendo a semântica regrada pela gramática para a construção de ideias. Enfatiza-se, do simples ao complexo, a condição essencial exercida pelo verbo, que se torna universal ao sentido da existência: “A espécie inteira do verbo se reduz ao único que significa: *ser*.” (Foucault, 2016, p. 131, destaque

do autor). A geograficidade exercida por tal proposição está na espacialidade circundante que exige o sentido a ser constituído: “A topologia do ser pode ser compreendida como a expressão fática dos estares do ser em seu habitar o mundo.” (Araújo, 2021, p. 42). É o existir no mundo, conforme as configurações contextuais de cada lugar, que marca abertura para a conjunção dos sons e dos desenhos necessários para se formar uma linguagem socialmente coerente.

2) Por conta da *articulação* analisa-se a ação de articular, a saber, aprofunda-se o sentido originário do léxico em sua constituição sonora a partir dos fonemas. Amplia-se pensar em articulações tanto vertical (taxonômica, em hipônimos e em hiperônimos) quanto horizontal (a estrutura frásica, por exemplo: sujeito-verbo-complemento). Com isso, assenta-se: “Deveria haver tantos nomes quantas coisas a nomear. Mas então cada nome seria tão fortemente vinculado à única representação que ele designa, que não se poderia sequer formular a menor atribuição.” (Foucault, 2016, p. 135). Assim, as distinções sonoras da configuração corporal – pelos órgãos da linguagem, com ênfase às cordas vocais – do que é dito modulam-se em interligações para promover um sentido. Isso posto, aliam-se tanto quantificadores (como a voz alta e a voz baixa) quanto qualificadores (como a voz manhosa e a voz irritada), em vista de multiplicarem-se as possibilidades de uma mensagem. A ordem dos sons (a fonética) ordena as palavras, diferem-nas e, enfim, promovem as combinações coerentes, a saber: “Ora, os elementos da representação se articulam segundo toda uma rede de relações complexas (sucessão, subordinação, consequência) que é necessário fazer passar para a linguagem” (Foucault, 2016, p. 139). O léxico é construído na configuração sonora e, por conseguinte, a gramática é também um regimento de encadeamento sonoro muito bem delimitado a transpassar o discurso. Cada língua, em cada espacialidade cultural, evoca seus sons em arranjos próprios, e, portanto, a sintonia das palavras é registrada como memória.

3) Pela *designação*, como ação de designar, a palavra é aferida rumo à coisa. Encontram-se as coisas como representadas por palavras articuladas em virtude de uma proposição. De outro modo, explica-se: “a teoria da ‘nomeação generalizada’ descobre no extremo da linguagem uma certa relação com as coisas [...] por uma marca, uma nota, uma figura associada, um gesto que designa: nada que seja redutível a uma relação de predicação.” (Foucault, 2016, p. 146). Aqui a variação dos signos versa-se sobre o mundo real à busca de especificarem-se as coisas. Os lugares, transpassados pelas coisas que os constituem, entramam as palavras que enredam linguisticamente a realidade geográfica. Guiam-se, por fim, os elementos do lugar para sua prática nomeadora originária: “Reconduzir à luz a origem da linguagem é reencontrar o momento primitivo em que ela era pura designação.” (Foucault, 2016, p. 146). Longe de cercear

a coisa, a designação aponta para a internalidade real em um discurso externalizado, isto é, busca-se o ôntico fundamentador da prática nomeativa.

4) Conforme a *derivação*, pela ação de derivar, as palavras são tecidas – com acréscimos ou decréscimos – através de unidades menores: relacionando raízes e afixos. Disso, a geração de palavras abre-se à intenção a ser acurada. A compreensão geográfica é, tão logo, de suma característica desse processo linguístico: “as palavras têm seu *lugar* não no *tempo*, mas num *espaço* onde podem encontrar o seu local de origem, deslocar-se, voltar-se sobre si mesmas, e desenvolver lentamente toda uma curva: um espaço *tropológico*.” (Foucault, 2016, p. 162, destaques do autor). O enriquecimento do léxico é tão rente à derivação quanto é a gramática pela articulação. Dessarte, amplia-se a designação, também, pela poética dos tropos linguísticos: metáfora, metonímia, catacrese e sinédoque (Vico, 1979). As palavras derivam umas das outras, ampliando conjuntos de fonemas, e enlaçam-se aos trânsitos culturais: “É nesse laço da representação, das palavras e do espaço (as palavras representando o espaço da representação, e representando-se, por sua vez, no tempo) que se forma, silenciosamente, o destino dos povos.” (Foucault, 2016, p. 158). A raiz linguística é a base fundamental a ser ramificada em múltiplas palavras na constituição da língua de cada povo, a partir de suas interações histórico-geográficas dos afixos, buscando, sempre, poder dizer mais.

Dadas as quatro teorias, formula-se a base da geografia da linguagem conforme as relações espaço-discurso (espaço topológico) e lugar-enunciado (lugar toponímico): desvelando o processo de nomeação. Nomear e renomear são ações histórico-geográficas que envolvem o ambiente (relações) circundante e as interações entre os meios (situações). Em específico, dizer o nome de um lugar é resoluto máximo de uma *proposição* historicamente conduzida, *articulando* a possibilidade da inserção do topônimo em uma mensagem, *designando* uma orientação para as coisas correlatas ao sentido do lugar e, ainda, *derivando*, como raiz ou ramificação, as acepções semânticas do sentido: eis o processo de nomeação. Ao revés desta seção, a topologia dos discursos é fundamental para a toponímia dos enunciados. Assim, prosseguir-se-á para a reflexão oposta, dos discursos aos enunciados.

2 O discurso das toponímias

Não se deve esquecer, contudo, conforme eu já tenho dito, que povos de origem muito diversa, mas em completo estado selvagem, com igual tendência, em virtude de disposições internas, a simplificar e generalizar os contornos e dispor e reproduzir as imagens com ordem harmônica, podem criar espontaneamente sinais e símbolos que ofereçam grande analogia entre si. (Humboldt, 1950, p. 172)

A topologia, embora neste trabalho definida enquanto estudo da exterioridade da linguagem, marca-se, originalmente, como um ramo matemático. Porém, essa concepção não é restrita ao pensamento matemático, haja vista conduzir a conceitos de estimada discussão ao sentido de analisar-se a categoria de espaço. Orienta-se, geometricamente, que: “A topologia pode ser definida pelas relações existentes entre entidades espaciais. [...] Existem três tipos de relações topológicas: adjacência, estar contido e conectividade.” (Rosa, 2011, p. 282). A correlação das entidades – aqui, as toponímias – situa-se em relações abstratas como espaços discursivos. Há, então, três possibilidades delimitadoras das toponímias entre si: pela *adjacência* há uma relação comum de fronteiras concorrentes sem justaposição; pelo *estar contido* averigua-se um sentido possível de justaposição e, por fim, pela *conectividade* expressa-se a vinculação das entidades não adjacentes. Desse modo, os discursos podem ser ou absolutos entre si, relativos entre si ou, ainda, relacionados entre si.

Os discursos são aberturas espaciais de um modo de pensamento, sempre coligados à historicidade e transpassados pelos enunciados. Enquanto possibilidade infinita de estruturação das palavras, os discursos remetem às finitas formações das coisas pensadas: “o discurso é constituído por um conjunto de sequência de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência.” (Foucault, 2022, p. 131). Por conseguinte, a topologia dos discursos é edificada por camadas que se embrenham entre si, vertical ou horizontalmente, e cujos elementos constituintes são os enunciados. Dessa maneira, entende-se a complexidade geográfica do discurso que, por sua vez, enuncia os nomes dos lugares: “A Toponímia caracteriza-se como uma área multidisciplinar que articula linguagem, história, cultura, sociedade, identidade, memória.” (Keller; Leão, 2020, p. 6). A tessitura do pensamento é aberta à construção comum de sentidos efetivados na enunciação. O lugar enunciado é tão logo um resultado, ou seja, um fim geográfico a movimentar-se através da linguagem.

O entorno geográfico, caracterizador discursivo – humano e natural – do topônimo, estende-se para cada região, enquanto tramas de lugares, e coliga-se com outras regiões, tramadas por outros lugares. À guisa de ligação entre região e lugar, entende-se: “A região existe de fato, mas numa certa fluidez. Fluidez em ligação direta com a prevalecente nas relações que unem os homens e os lugares” (Frémont, 1980, p. 170). As regionalidades arqueológicas da linguagem dão base para a compreensão dos discursos, pelo conjunto de camadas epistêmicas. Ademais, atenta-se que: “Mais do que simples *espaços territoriais*, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser

responsáveis.” (Ab’Saber, 2003, p. 10, destaque do autor). Desde já, inclui-se a concepção da natureza das coisas às coisas da natureza, pois os discursos almejam à teia dos lugares enunciados. Difere-se, comumente, a verdade de cada camada a qual relaciona-se em uma rede de espaços descontínuos em diferentes mundos geográficos.

Os discursos não são inocentes, encerram, intrinsecamente, o dito e o não-dito, o poder dizer e o não poder dizer. Dessarte, afere-se: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam, logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (Foucault, 2014, p. 10). Assim sendo, os lugares nomeados são vistos em tessituras socioespaciais da existência geográfica mediante os desejos e os poderes: pelas memórias passadas, pelas intenções futuras e pela situação presente (Lopes, 2022). Margeiam-se, então, diversas nomeações: nomes impostos, nomes interditados, nomes esquecidos, nomes cancelados, nomes apagados etc. Essas toponímias constituem a trama do discurso não-dito, por conseguinte, acuram-se: “três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade” (Foucault, 2014, p. 18). Sobre os motivos de nomeação e de renomeação de um lugar, dialetizam-se relações de força: por um lado, uma marca de imposição e de exploração e, por outro, de resistência e de luta.

Ao mais, ressalta-se que a concepção histórica é de suma importância à geografia convocada pela linguagem concebida no espaço e no tempo. Evidencia-se, conquanto, como a arqueologia geográfica dos nomes exerce um modo específico de leitura do espaço linguístico mediante sua *episteme*, ao que: “os estudos toponímicos surgem com a pretensão de levantar topônimos e, a partir deles, entender e desvendar um pouco mais da história linguística e sociocultural de um dado povo.” (Cavalcante; Santos; Santos, 2018, p. 801). Essas relações de conhecimento são depreendidas pelos contextos, histórico-geograficamente constituídos, das tramas de feições linguísticas incitando as enunciações toponímicas. Assenta-se, inclusive, que: “uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria para nós a possibilidade de falar dele, nele; de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e de conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade.” (Foucault, 2014, p. 45). A verdade, enquanto manifestação, exerce um sentido contextual no processo de conhecimento do mundo geográfico, portanto, os discursos promovem a verdade a ser integrada na internalidade enunciativa do lugar.

Nesse sentido, a nomeação, precedida pelo desejo e pelo poder, é a principal característica da constituição geográfica da representação, sendo crucial para a compreensão cartográfica. Os nomes dos lugares, conforme suas marcas representativas, são ideologias particularizadas, haja vista que: “Nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de

uma representação e colocá-la num quadro geral.” (Foucault, 2016, p. 164). Com isso, aferem-se ser a toponímia o particular e a topologia, o geral. Isso posto, entre a indução e a dedução, une-se a linguagem em uma circularidade salientadora da estruturação dos enunciados enquanto discurso. Disso, comparam-se os topônimos no contexto da topologia, ao que: “A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador.” (Foucault, 2022, p. 195). Com as diferentes unidades topológicas, buscam-se multiplicidades toponímicas no processo de nomeação a fim de promoverem-se as correlações multiescalares.

Há, nesse horizonte, mais. Em seguida à investigação formativa dos lugares, através de suas representações (os nomes), as toponímias inserem-se na escala espacial como marcas e na escala temporal como fósseis. A saber, o topônimo, sendo um nome, define-se temporalmente “como um verdadeiro *fóssil linguístico*, expressão tomada do francês Jean Brunhes, que o considerava um ‘fóssil da geografia humana’.” (Dick, 1990, p. 42, destaque da autora). Essa fossilização da marca, porém, não se refere à continuidade, mas à longevidade dos feixes onomásticos interrelacionados, percebendo-se a possibilidade da arqueologia geográfica. Conhecer os lugares, por intermédio de seus nomes, é também uma prática pedagógica de consciência, afinal: “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” (Santos, 2017, p. 328). Assim, a topologia e a toponímia articulam-se, respectivamente, entre contextos e nomes (como marcas ao presente ou como fósseis ao passado) a serem desvelados em suas semelhanças e em suas diferenças. O pensamento entrama-se como múltiplo a partir da geograficidade, pela espacialidade e pela temporalidade, promovendo o sentido da coexistência geográfica.

A rede de lugares, no espaço-tempo, é congruente com a rede de toponímias. Em toda integralidade do espaço, imputa-se a temporalidade: “o nome de um lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro através da inscrição onomástica, possibilitando, dessa forma, a sua análise posterior.” (Dick, 1980, p. 293). Entrama-se, portanto, a história do lugar mediante a abertura de seus nomes, como meio (situação) e não como início e nem fim. Inserta-se, tão logo, a precisão à guisa arqueológica: “O tempo é para a linguagem seu modo interior de análise; não seu lugar de nascimento.” (Foucault, 2016, p. 124-125). Toda a linguagem permite-se ser refletida geograficamente, do contexto à palavra e da palavra ao contexto, conforme a sabedoria dos lugares.

Entre o nome e o saber há o tempo incrustado no espaço. Percebe-se, ainda, a concepção de uma possibilidade de visionamento triangular entre o referente (a coisa), o símbolo (significante) e a referência (significado) (Tavares, 2009). Ademais, perpassa-se do lugar do sentido para o sentido do lugar, haja vista que: “a essência do signo linguístico é a convencionalidade e não a arbitrariedade. A convencionalidade é que levaria à ideia de desmotivação do signo e, desse modo, ao arbitrário.” (Tavares, 2009, p. 99). Por esse caminho, o nome é transpassado – enquanto símbolo entre o referente e a referência – pelo saber, não começando e nem terminando na toponímia. Contudo, tem-se nela o sentido de marca geográfica situada na temporalidade; por isso, capaz de fossilizar-se. O topônimo transcorre, nos discursos, diferenciando seus enunciados, retificando-se como lugares adequados ao espaço correspondente a cada contexto histórico-geográfico.

Na base da arqueologia geográfica, em sua historicidade, está a intrínseca relação homem e natureza. Classificam-se, de modo geral, as diferenças entre as toponímias através das coisas naturais e das coisas humanas. Versam-se, nisso, segundo M. Dick (1990, p. 18), às “categorias taxonômicas”. Em primeiro, as taxonomias mais próximas à natureza: astropônimo, cardinotopônimo, cromotopônimo, dimensiotopônimo, fitotopônimo, geomorfotopônimo, hidrotopônimo, litotopônimo, metereotopônimo, morfotopônimo, zootopônimo, animotopônimo, corotopônimo, cronotopônimo, dirrematopônimo e ecotopônimo; em segundo, as taxonomias mais próximas à cultura: antropotopônimo, axiotopônimo, ergotopônimo, etnotopônimo, hagiotopônimo, hierotopônimo, historiotopônimo, hodotopônimo, mitotopônimo, numerotopônimo, poliotopônimo, sociotopônimo e somatopônimo (Keller; Leão, 2020; Dick, 1990). Essa ampla teia toponímica de concepções topológicas, a partir de distintas *designações*, é contextualizada nas *derivações*, promovendo múltiplas *articulações* a fim de conceber *proposições* para os juízos acerca do lugar. Enunciam-se, enfim, as possibilidades de enunciação em fundamentação objetiva dos discursos histórico-geográficos.

Concentrar-se-á, pois, na relação tríplice entre o saber, o nome e o lugar. Adentro da relação, os conceitos são conversíveis em perquirição arqueológica da geografia da linguagem. Admite-se, por fim, que: “O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas.” (Foucault, 2022, p. 221). Por isso, a toponímia deve ser depreendida sempre em vista de sua topologia, em uma rede de camadas epistêmicas. Assim, o saber do lugar advém do lugar do saber, outrossim, só há saber dos lugares pelo lugar dos saberes. Por entre essas circularidades

está o nome, promotor de marcas a serem fossilizadas no transpassar historiográfico entre o saber e o lugar.

Considerações finais

Em vista de aventurar-se na arqueologia geográfica, tem-se uma abertura conversível de constituição dos espaços pelos discursos e dos lugares pelos enunciados. Dito isso, comporta-se uma possibilidade transdisciplinar entre a geografia e a onomástica a fim de orientar as perscrutações da toponímia (enunciativa) e da topologia (discursiva) para constituir a geografia da linguagem. Com a arqueologia, assentam-se as diversas camadas epistêmicas integradas de conjuntos de nomes: em cada camada e entre cada camada. As diferenças e as discontinuidades são rentes às distinções de pensamento que, no contexto histórico-geográfico, promovem as variações sincro-diacrônicas de nomes para os lugares na internalidade do espaço-tempo. Disso, desvela-se a aventura humana de, pela linguagem geográfica, transformar a Terra em Mundo.

Nesse sentido, a formação e a estruturação dos nomes dos lugares abrem a perspectiva da arqueologia geográfica a conceber a geografia da linguagem. O processo de nomeação dos lugares enunciados advém do seguinte quadrilátero: proposição (unindo-se palavras e frases a fim de uma proposta, orientada pelo verbo); articulação (emulando-se fonemas em uma musicalidade, coligando-se a morfemas); designação (assimilando-se coisas às palavras, identificando o mundo real pelo mundo linguístico) e, ainda, a derivação (formando-se novas palavras em afixos a partir da unidade raiz). Logo, a coesão da formação toponímica é aberta pelas quatro faces coligadas, fundamentadas pela topologia contextual, provocadora do processo de nomeação condicionado tanto pelo desejo quanto pelo poder.

Na contenda multiplicadora da arqueologia, ao revés da toponímia à topologia, encontra-se uma outra concepção, através da topologia à toponímia. Conforme as diferentes camadas epistêmicas, há distintos discursos – na imersão histórico-geográfica – em várias instâncias: sociopolítica, socioeconômica, sociocultural e socioespacial. Com essa posição, averigua-se a relação da historicidade com a geograficidade como constituição do pensamento múltiplo, mediante os diversos contextos. No transpassar entre o saber e o lugar, os nomes são presenças das complexas relações de diferenciação no mundo geográfico. Desse caminho, a escavação arqueológica convoca as toponímias inseridas na escala espacial como marcas (em sincronias) e na escala temporal como fósseis (em diacronias). Assim, entre discursos e

enunciados, a geografia abre-se pela linguagem em sua diferenciação pelo dispositivo de espacialidade.

Embarcou-se, portanto, em um trabalho teórico dinamizador da arqueologia geográfica na perspectiva foucaultiana. Nesse sentido, salienta-se reforçar a importância da teorização para a configuração dos conceitos e de suas relações, visando à consistência do conhecimento geográfico. Conhecer os nomes dos lugares, adentro do processo humano de nomeação, promove a compreensão do pensamento múltiplo impulsionador da humanidade em sua condição histórico-geográfica. Intenciona-se, ao fim, encorajar o estudo transdisciplinar e estreitar, um pouco mais, a filosofia com a geografia. Finalmente, incita-se o convite para o aprofundamento da teoria dos lugares por suas toponímias e por suas topologias.

Referências

- AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. 7ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ARAÚJO, Gilvan. Topologia do ser e o lugar no pensamento geográfico: ontologia fenomenológica, facticidade e existência. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 106, p. 41-62, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2244>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- BUTTNER, Anne. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, María (Org.) *Teoría y Método em la Geografía Anglosajona*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 227-241.
- CAVALCANTE, Márcia; SANTOS, Danielle; SANTOS, Amanda. Toponímia em destaque: um olhar para a história, a cultura e a língua de uma comunidade. In: *Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, v. XXII. p. 802-815, 2018.
- DARDEL, Eric. *L'histoire, science du concret*. Paris: Pesses Universitaires de France, 1946.
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. Perspectiva: São Paulo, 2011.
- DICK, Maria. A estrutura do signo toponímico. *Língua e literatura*, Recife, a. 9, n. 9, p. 287-91, 1980.
- DICK, Maria. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiótica et Linguística*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/16907>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- FAGGION, Carmen; MISTURINI, Bruno; PIZZOL, Elis. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *EntreLetras*, Araguaína, v. 4, n. 2, p. 10-30, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/987>. Acesso em: 2 ago. 2024.

- FIGUEIREDO, Carla. Toponímia e História: possíveis entrelaçamentos. In: ISQUERDO, Aparecida (org.). *Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2019, p. 149-174.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FRÉMONT, Armond. *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941.
- GADAMER, Hans. *Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HEIDEGGER, Martin. Remarques sur art – sculpture – espace. Trad. do alemão por: Didier Franck. *Les Temps Modernes*, Paris, v. 4, n. 650, p. 46-55, 2008.
- HUMBOLDT, Alexander. *Quadros de Natureza*. 2ª ed. São Paulo: Clássicos Jackson, v. 1, 1950.
- KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosaura. Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 1-24, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-31906>. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1906>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- LA BLACHE, Paul. Geografia Regional. In: HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio; RIBEIRO, Guilherme (Org.). *Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 203-332.
- LOPES, Jahan. Circularidades geográficas: espaço, escala e tempo. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 19, n. 1, p. 78-93, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.65716>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/65716>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- LOPES, Jahan. Existência geográfica: mundo-no-ser e ser-no-mundo. *Revista de Geografia (UFPE)*, Recife, v. 39, n. 3, p. 68-87, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2022.252672>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/252672>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: o reinado do rosário no jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mozza Edições, 1997.
- MASSARA, Bruno. Interfaces Gráficas e Cidades: Tecnologia Digital na Visualização de Dinâmicas Espaciais em Grande Escala. 2005. 166 f. *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- MORAES, Antonio. Foucault e a Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 66, p. 129-138, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/961>. Acesso em: 2 ago. 2024.

ROSA, Roberto. Análise espacial em Geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, p. 275-289, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0023>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6571>. Acesso em: 2 ago. 2024.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2017.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

TAVARES, Marilze. Língua e cultura: considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas. *Raído*, Dourados, v. 3, n. 6, p. 95-109, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raido/article/view/434>. Acesso em: 2 ago. 2024.

VICO, Giambattista. *Princípios de (uma) Ciência Nova: acerca da natureza comum das nações*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Recebido em 10 de dezembro de 2023

Aceito em 03 de agosto de 2024